

Setores arenistas temem sublegenda para o Senado

ESTADO DE SÃO PAULO

* 7 ABR 1977

Da sucursal de
BRASILIA

Nos círculos arenistas comentou-se, ontem, enquanto se realizava a reunião dos líderes do partido com o general Geisel, no Palácio da Alvorada, que se não há mais dúvidas sobre o restabelecimento das eleições indiretas de governador, "seria muito bom que o governo pensasse duas vezes", antes de se decidir pela sublegenda para o Senado e a vinculação de votos para candidatos a senador, deputado federal e deputado estadual.

Nos Estados localizados "de Minas para baixo, até o Rio Grande do Sul", há o receio de que a vinculação de votos poderá beneficiar mais a oposição, ainda que o mesmo ocorra em relação à Arena no Norte e Nordeste. A razão é a mesma na divisão do mapa do Brasil: no Leste e no Sul o MDB dispõe de bons nomes do ponto de vista eleitoral, e no Norte e Nordeste, quem os possui é a Arena.

Os bons nomes, políticos e eleitoralmente firmados, podem vencer o pleito majoritário para o Senado e com a sublegenda, lembraram observadores, e cada partido poderá indicar seis candidatos às duas vagas que estarão em disputa em 1978. Esse quadro será agravado para o partido majoritário com o restabelecimento das eleições indiretas de governadores.

Como se sabe, para conquistar a maioria no Senado bastará ao MDB ganhar pelo menos 17 das 42 cadeiras que serão disputadas na renovação de dois terços da Casa.

Acham os parlamentares que discutiram o problema — alguns deles ligados à liderança e à direção da Arena — que mais fácil será ao eleitor votar nos nomes mais conhecidos do MDB para o Senado, deixando de votar em candidatos para a Câmara e Assembléia do partido governista, do que respeitar a vinculação.

NOMES

Alguns nomes foram lembrados como em condições de conquistar cadeiras no Senado em 1978 pelo MDB, "de Minas para baixo": Alceu Collares, Pedro Simon e Aldo Fagundes, no Rio Grande do Sul; Laerte Vieira, Jaison Barreto e Pedro Ivo Campos, em Santa Catarina; Alencar Furtado e José Richa, no Paraná; Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Freitas Nobre e Francisco Amaral, em São Paulo; Renato Azeredo e Tancredo Neves, em Minas; Erasmo Martins Pedro, Nelson Carneiro, Moreira Franco e Ario Teodoro, no Rio de Janeiro.

Já no Norte e Nordeste, foram citados, entre outros, Vanderley Dantas e Jorge Kalume, no Acre; José Lindoso, Flávio Brito, Braga Junior e Raimundo Parente, no Amazonas; Alacid Nunes e Catete Pinheiro, no Pará; José Sarney, Alexandre Costa, João Castelo e Lourenço Vieira da Silva, no Maranhão; Helvídio Nunes e Petrônio Portella (se não for para o STF) no Piauí; Cesar Cais, Vigílio Tavora, Humberto Bezerra, Flávio Marcílio e Wilson Gonçalves, no Ceará; Dinarte Mariz, Dix-Huit Rosado e Djalma Marinha, no Rio Grande do Norte; Nilo Coelho, Moura Cavalcanti (atual governador), Cid Sampaio e Marco Maciel, em Pernambuco; Luiz Cavalcanti, Divaldo Suruagy (atual governador) e Teobaldo Barbosa, em Alagoas; Lourival Batista, Augusto Franco, Raimundo Diniz, Passos Porto e Francisco Rolemberg, em Sergipe; Antonio Carlos Magalhães, Jutai Magalhães, Lomanto Junior, na Bahia; e Eurico Rezende, Elcio Álvares (atual governador), no Espírito Santo.

Ainda ontem, o 1º vice-presidente da Câmara, João Linhares (Arena-SC), afirmou que o partido governista precisa defender e apoiar o presidente Geisel na hora em que este se decide por "medidas impopulares", como eleição indireta de governadores.